

Talcott Parsons na Teoria Sociológica Contemporânea

MARINA FÉLIX MELO*

Resumo: As presentes páginas têm como escopo trazer à discussão a contribuição de Talcott Parsons para a Sociologia contemporânea a compreender, principalmente, sua concepção de ordem social e como é tratada a relação entre agência e estrutura, indivíduo e sociedade, no conjunto de sua produção intelectual.

Palavras-chave: Teoria Sociológica Contemporânea; Parsons; Ordem Social.

Abstract: The present pages aims to discuss the Talcott Parsons's contribution in the Contemporary Sociology, trying to comprehend his Social Order conception and the relation between agency and structure, individual and society, at the set of his intellectual production.

Key words: Contemporary Sociological Theory, Parsons, Social Order.

Résumé: Cet article a pour objectif d'interroger la contribution de Talcott Parsons à la Sociologie contemporaine, en cherchant principalement à comprendre sa conception de l'ordre social, ainsi que les manières dont il aborde la relation entre l'agence et la structure, l'individu et la société, dans l'ensemble de sa production intellectuelle.

Mots clés: Théorie Sociologique Contemporaine; Parsons; Ordre Social

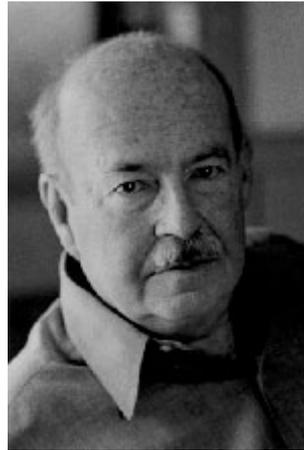


* **MARINA FÉLIX MELO** é Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil) e pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal).

1. Alguns problemas tratados pela Teoria Sociológica Contemporânea

As presentes páginas buscam fazer uma breve análise da teoria parsoniana a fim de entendermos algumas bases da sociologia contemporânea, pois, têm sido ancoradas em seu pensamento e, sobretudo, nas críticas lançadas a este, que atuais perspectivas sociológicas se apóiam em suas problematizações. Desta maneira, debruçaremos-nos em alguns dos principais problemas da sociologia contemporânea à luz da construção de Parsons e utilizaremos como chave analítica autores como George Mead para mediar a discussão sobre o problema da ordem social. Entrementes, antes de versarmos acerca das colaborações de Talcott Parsons à sociologia, convém situarmos, brevemente, a sociologia contemporânea em seu contexto mais amplo.

Ao pensarmos em ciências naturais, é de praxe vir à tona as ideias de objetividade e neutralidade na busca do conhecimento. “O progresso da ciência é cumulativo, progressivo e unilinear”. Tal assertiva faz parte, há muito, de um imaginário social que decorre em grande medida de transformações sociais e históricas ocorridas com o advento da modernidade e com os debates da filosofia iluminista. Isso fez com que, em meados do século XIX, as ciências sociais herdassem um legado objetivo, pragmático e nomológico das ciências naturais. Por assim dizer, haveria uma continuidade entre as ciências naturais e sociais, ou seja, a descoberta de “leis”, ou de relações causais necessárias, existentes para a natureza poderiam também ser



Talcott Parsons (1902-1979)

descobertas para o estudo da ação humana e da organização social, haja vista, como um bom exemplo, a força de um projeto positivista nesta época.

Com efeito, nem mesmo em seu nascimento as ciências sociais se constituíram como um corpo teórico homogêneo. Se nos remetermos aos clássicos, observamos que Durkheim, Weber e Marx

utilizam-se de teorias que em seus fundamentos filosóficos têm implicações muito diversas a respeito do que seja o ser humano e a vida social, isto é, cada teoria social deriva de uma perspectiva filosófica particular, ou de várias, embora possuam pontos de intercessão. Após a metade do século XX, diversas abordagens sociológicas começam a coexistir, procurando responder ao baque do projeto positivista e do empirismo lógico e é, pois, a partir de considerações de ordem epistemológica que se delineiam diferentes correntes da atual teoria social. Em síntese, partimos do pressuposto de que a teoria sociológica não possui um paradigma dominante exclusivista - mesmo porque a própria ideia de paradigma foi quebrada - e de que ela é composta de uma grande variedade de teorias paralelas, muitas vezes com matrizes e pontos em comum, o que a leva à grande pluralidade.

Um dos caminhos mais viáveis para entender o surgimento dessa pluralidade talvez seja o de volta à modernidade, momento histórico que colocou a possibilidade e a necessidade das ciências sociais. Indissociavelmente ligada ao iluminismo, a modernidade possui o projeto de utilização da razão para a iluminação ou esclarecimento das

coisas do mundo, a fim de possibilitar a emancipação e a libertação dos seres humanos de todo o misticismo e escravidão material e ideal. Em sua própria constituição, a sociologia nasce como instrumento de análise e conhecimento que possibilitam uma intervenção na organização social. Nesse sentido, como já mencionado, a visão de ciências sociais se aproxima da de ciências naturais e de sua instrumentalidade, a gerar um dos principais problemas que tocam as ciências sociais: sua vinculação (e o tipo) com as ciências naturais. É possível que Merton tenha sido um dos principais incentivadores para uma vinculação entre as duas ciências no século XX. Esse acreditava que o fato das ciências sociais ainda necessitarem de um retorno aos clássicos deriva da sua imaturidade ou adolescência. Apesar de Merton observar ciência social e ciência natural como basicamente a mesma coisa e analisar trabalhos antigos como uma série de antecipações, esboços e pré-descobertas daquilo que conhecemos hoje, não é nessa perspectiva sobre os clássicos que nos apoiamos. Inclusive, como bem demonstra Alexander: “as teses de Merton agora são teses clássicas!” (ALEXANDER, 1999, p. 30). Ao utilizarmos um clássico atualmente não buscamos meramente concordar ou discordar de sua obra, mas sim, realizar um apanhado teórico que contribuirá para o entendimento de um projeto atual, pois se fôssemos apenas reler Parsons (que consideramos como um ‘contemporâneo clássico’), por exemplo, de forma crítica, encontraríamos por detectar um emaranhado de pontos falhos em seus textos e na base de sua teoria geral da ação, sem compreendermos em que contexto suas obras foram criadas, suas conjunturas e espaço de produção.

Se o caráter das ciências sociais está indissociavelmente ligado ao caráter da própria modernidade como projeto para a humanidade, tal projeto de modernidade está em crise (entendido como o primado da razão iluminista, utilitária e instrumental), pois as ciências sociais assistem à emergência de uma série de abordagens concomitantes, de microteorias que emergem para entender o contemporâneo. Sendo assim, após as contribuições parsonianas à sociologia ao longo do século XX, autores como Merton, Goffman, Garfinkel, Norbert Elias, Alexander, Jon Elster, Bourdieu, Foucault, dentre muitos outros, compuseram um corpo teórico contemporâneo diversificado que, embora nem sempre tenha todas essas correntes em diálogo, não é um corpo impermeável, ou seja, as teorias circulam, delas se criam releituras a fim de que seja reconstruída a interpretação sociológica do social cotidianamente.

2. A contribuição de Talcott Parsons e o fenômeno da Ordem Social

Talcott Parsons (1902-1979) realizou uma expressão de sua época e, em especial, refletiu sobre a sociedade norte-americana dos anos 1950-60. Estudou medicina¹ por três anos e foi em 1923, influenciado por Walton Hamilton, que se aproximou das ciências sociais. Ao receber uma bolsa de estudos e ir para a Alemanha, onde ficou como instrutor de economia, estudou a natureza do capitalismo como sistema sócio econômico e Weber como

¹ A medicina, com o vagar, passou também a ser um objeto de estudo sociológico. Foi com tais estudos que Parsons se aproximou, anos mais tarde, do pensamento freudiano, estudando a racionalidade em pacientes e como se davam o racional, o irracional e o não-racional (ação humana individual e social). Assim, estudou a doença como sendo um desvio social e a terapia como uma forma de controle social.

teórico social. Retornou a Harvard, estudou economia e se dedicou às obras de Pareto, Schumpeter, Marshall, Weber e, posteriormente, Durkheim e sua divisão do trabalho social. Porém, preocupado com uma conceituação teórica generalizada e com uma interpretação de significados, retornou a Alemanha, onde encontrou um behaviorismo forte que aponta a subjetividade como uma forma de ingenuidade.

Após o desenvolvimento de sua primeira grande obra, “A estrutura da ação social” (1937), marcada por ser o livro no qual Parsons realizou toda a tentativa de síntese teórica da sociologia (macro teoria)², discutiu a estrutura institucional da propriedade e, especialmente, do contrato, com a utilização de quatro autores (Marshall, Pareto, Durkheim e Weber) e se dedicou ao estudo das profissões. Para isso, utilizou-se de um esquema teórico que, segundo ele, foi o fio condutor de trabalhos posteriores que culminaram nas noções de variável padrão³, que

² Um dos grandes e primeiros marcos de refutação à macro teoria parsoniana foi a obra de Merton, seu orientando e importante teórico da burocracia, da sociologia da ciência, da comunicação de massa e criador das concepções de funções manifestas e funções latentes. Merton acreditava que as grandes teorias, como a tentativa de síntese de Parsons, eram doutrinas especulativas e abstratas e, dado isso, propõe que a sociologia seja formada de teorias de médio alcance, isto é, teorias empiricamente alicerçadas que, embora envolvam abstrações como as teorias gerais, são baseadas em dados observáveis. Das teorias de médio alcance Merton desenvolve, por exemplo, as teorias dos grupos de referência e a teoria da privação relativa.

³ As variáveis padrão dizem respeito à polaridade ‘neutralidade afetiva’ e ‘afetividade’. “Conforme Ros, uma variável padrão significa uma dicotomia que representa os dilemas enfrentados pelos sujeitos e diante dos quais tem que decidir ‘antes que a situação adquira significado, portanto, antes que possa agir em

levam em conta, em sua análise das profissões, a dicotomia de Ferdinand Tonnies: *Gemeinschaft* e *Gessellschaft*. Com a utilização da variável padrão como recurso metodológico, Parsons elaborou uma família substancialmente maior de variáveis independentes para a explicação teórica das profissões. O esquema de variável padrão, destarte, lhe serviu tanto como subsídio para a análise teórica de sistemas sociais como para a própria análise da ação em geral. Mais adiante, com a colaboração dos psicólogos Bales e Shils, Parsons chega a um dos paradigmas centrais de toda a sua trajetória: o paradigma das quatro funções, que serve como fonte de interpretação para a ação humana em geral. Esse paradigma ficou conhecido como esquema AGIL, sendo as funções A para adaptação, G para *goals* ou consecução de objetivos, I para integração e L para *latency* ou manutenção de padrões e controle de latência. O esquema AGIL funciona a partir destes quatro subsistemas interpenetrantes, interrelacionados, e é a leitura sistêmica do esquema AGIL que possibilita a visualização da sociedade como um sistema social (perspectiva estrutural funcionalista), ou seja, cada uma dessas quatro funções age como pré-requisito para a existência do sistema social como um todo, no qual repousa a base do modelo de interpretação social do autor.

Entendemos o sistema parsoniano como um complexo centrado, sobretudo, na estrutura social como importante não

relação a ela” (ROS *apud* RAMIREZ, 2008 [2006]). Para Parsons, existem duas dimensões sociais: instrumental e expressiva. Segundo ele, os indivíduos podem ter relacionamentos diferenciados dentro de cada tipo de papel desempenhado e, logo, as características que são associadas a determinados papéis, a cada tipo de interação, Parsons chamava de variáveis de modelo.

apenas como um salto analítico para o campo das profissões, mas também para estudos sobre socialização (interpenetrado na temática da educação) e família. Uma de suas contribuições metodológicas capitais para a sociologia, acreditamos, foi a insistência por pesquisas empíricas, executadas principalmente por seus alunos, a exemplo de Merton, que posteriormente discutiu os limites do pensamento parsoniano, especialmente, no que se refere à construção de uma macro teoria sociológica, que Merton responde com a proposta de utilização de teorias de médio alcance em trabalhos sociológicos. Todavia, será sobre a preocupação de Parsons com o fenômeno da ordem social que iremos nos preocupar por ora, como um caminho para compreendermos a relação entre agência e estrutura em sua obra, uma das problemáticas mais tensas da sociologia contemporânea.

Ao versarmos sobre a ordem social no pensamento parsoniano devemos considerar, em primeira instância, a inserção de Parsons no contexto da sociologia estadunidense que teve como base central os problemas da ordem e do controle sociais, entendendo que tais problemas desfrutavam de importância social, política e moral. (DAWE, 1980, p. 526). Consideramos que o problema da ordem social resulta de concepções profundas das relações entre agência e estrutura, bem como de supostos ontológicos fundamentais sobre a natureza humana subjacentes a tais concepções.

A partir de uma cisão entre “duas sociologias”, a do sistema e a da ação, verificamos uma divisão da experiência social moderna, uma separação entre as esferas racional e valorativa, entre o real e o ideal. As contradições oriundas da separação entre tais esferas têm gerado

debates sobre a aproximação teórica de diferentes correntes e tradições sociológicas que tendem a se aproximar ou do pólo da ação ou da estrutura com soluções diversas para a continuidade da produção intelectual. Entretanto, isso não faz com que a sociologia trave um campo de relações implacável entre suas correntes de pensamento e que fique meramente inserida em suas contradições, certa vez que, com a colaboração de Parsons, a disciplina emerge como uma crítica à cultura utilitária e busca visualizar a conduta moral e a importância dos valores para compreender a conduta humana. Todavia, foi também em tal período que a teoria da escolha racional, utilitária, ganha força. Parafraseando Alvin Gouldner (1970), “El período moderno de la sociología, inaugurado por Talcott Parsons en Estados Unidos a fines de la década de 1930, comenzó, de manera bastante significativa, con una aguda crítica a la teoría del utilitarismo (...)” (GOULDNER, 1970, p. 64). Ou, como versa Alexander: “Exchange theory explains action as instrumentalizing efficiency and offers an account of how, given ends, norms, and conditions, effort produces usable means through the calculation of immediate costs” (ALEXANDER, 1988, p. 309).

O elevado grau de abstração com que trabalha Parsons, não apenas em sua teoria do sistema social, bem como em sua teoria da ação, fez com que o autor pontuasse uma diferença entre ação social e comportamento individual, podendo ser o ator social não apenas um indivíduo, mas também uma instituição ou um grupo. Concomitantemente a esta observação, notamos que é necessária cautela ao associarmos o enfoque macro às perspectivas de sistemas e o micro às de ação social, tendo em vista que apesar de o enfoque parsoniano centrar-se em unidades macro não exclui, por

sua vez, a utilização de enfoques de micro análise em seu pensamento.

Como já mencionado, ao longo da história da Sociologia emergiram correntes de pensamento centradas na micro-sociologia, com ênfase no papel do indivíduo no meio social, e outras na macro-sociologia, voltadas à preocupação com a estrutura coercitiva no comportamento dos indivíduos e destes com as instituições. Todavia, a polaridade dessas duas construções abriu espaço para que Parsons buscasse criar uma síntese que escapasse de tal dualidade. De acordo com Alan Dawe em “The Structure of Social Action” (1980), Parsons ergue um argumento contra o dualismo positivista-idealista do pensamento social ao tecer que tanto o positivismo, como o idealismo, proporcionam elementos fundamentais a uma concepção de ação social. Dito isto, para Parsons essas duas visões são complementares na medida em que os modelos que formam o superego, interiorizados pelo indivíduo, são os mesmos institucionalizados ao passo que são compartilhados e interiorizados por vários indivíduos. A complementaridade entre individual e coletivo é chamada de “reciprocidade de perspectivas” e é com base nesta reciprocidade que o autor encontra a solução para o problema da ordem social (ROCHER, 1976).

Ao analisar os modelos culturais e como estes estão simultaneamente na mente dos indivíduos e no universo simbólico social, Parsons destaca que quando um ator espera que outro aja de determinada maneira, há a reciprocidade, e é a reciprocidade de expectativas, por sua vez, que cria normas e valores a guiar os indivíduos. Logo, é da cultura de onde advêm as normas e os valores que integram o sistema psíquico e tais elementos

normativos orientam as condutas dos agentes. Para que a sociedade seja um sistema social estável, do ponto de vista parsoniano, é preciso que haja um reconhecimento comum de um sistema de normas integrado. Dawe (1980), ao tecer sobre tal problemática, acusa Parsons de adotar uma dimensão instrumental da ação humana, uma vez que para manter a estabilidade social é necessário que os indivíduos sejam regulados, o que contradiz a perspectiva voluntarista da ação de Parsons. Todavia, embora seja fulcral a perspectiva voluntarista da ação no problema da ordem social, Parsons analisa a ordem como dependente de um sistema de valores em comum, no qual os indivíduos precisam ser socializados antes de agir, o que faz com que o sistema de valores comuns seja anterior aos próprios atores sociais.

Em verdade, a teoria voluntarista da ação foi uma busca para a solução à dicotomia positivista-idealista e da qual Parsons caminhou em direção a uma síntese entre ação e sistema social, agência e estrutura, ou seja, o autor atribuiu ao problema da ordem uma dimensão de controle das suas diversas interações exercitadas pelos agentes. Assim, a ordem não seria algo exterior imposto aos indivíduos (agentes da ação social), mas sim, o resultado das múltiplas interações desses agentes. Entretanto, salientamos as contradições da teorização geral de Parsons sobre a ação social e sua controvérsia com o utilitarismo. Em síntese, a proposta de Parsons é a de superar a antítese entre positivismo e idealismo de modo a integrar suas condições objetivas em uma mesma concepção de ação com seus aspectos subjetivos, o que não ocorre de forma harmônica na medida em que não existe uma adequação perfeita entre o normativo e o condicional. Na tentativa de delinear

requisitos para a interpretação teórica da ação social, Parsons trabalha em um terreno de caracterização analítica da ação, o que não significa que a ação concreta dos fatos se comportará no cenário social da mesma forma como é concebida teoricamente, pois, em um exercício para lidar com o mundo da teoria e com o mundo empírico, o autor elabora um modelo teórico para que melhor possamos compreender as ações sociais concretas (*Ibid*). Parafraseando Dawe, Parsons consegue superar a dicotomia ‘real x ideal’ ao enxergar o real como algo determinado pelos indivíduos a partir de seus valores ideais. “É parte integrante e básica de sua concepção e análise da ação que o real seja definido pelos seres humanos em termos de suas visões do ideal.” (DAWE, 1980, p. 525).

Ainda no tocante à ordem social e às ações entre os indivíduos, Parsons elabora uma distinção entre o que denomina como senso subjetivo de obrigação moral e o agir sob coerção exterior. Para o autor, o elemento coercitivo interior é resultado de uma expressão humana e o elemento coercitivo exterior ocorre independentemente da vontade humana, o que faz com que os indivíduos naturalizem um sistema de valores comuns, sendo este introjetado, formando as personalidades individuais. Entrementes, como denota Dawe, tal recurso freudiano de “introjeção”, recuperado por Parsons a fim de preservar a noção de caráter voluntarista, não consegue assegurar seu significado original, visto que o recurso da introjeção, como mecanismo de independência do ator, ratifica a anterioridade do sistema ao ator social e o coage. “Pela introjeção, o sistema de valores comuns passa a ser constitutivo, em lugar de simplesmente regulativo da personalidade do ator social, que assim

se torna um simples reflexo dele” (DAWE, 1980, p. 529). Logo, notamos que a percepção subjetiva desaparece da análise parsoniana e que o sistema social emerge como a única maneira possível de ordem social. O indivíduo parsoniano encaixa meios e fins determinados pela estrutura, o que fragiliza a concepção de ação voluntarista da ação de Parsons, da mesma forma em que pode levantar suas próprias escolhas, porém, limitado ao papel social que cumpre, isto é, dentro de um sistema rígido de normas. Rocher (1976) salienta como Parsons, ao analisar o sistema de personalidade, embora centrado na literatura freudiana, não consegue se aproximar de Freud por desconsiderar instintos e impulsos fundamentais na organização da personalidade, haja vista que, como bem versa Rocher, Parsons prioriza a naturalização de normas e valores culturais em detrimento de tais instintos.

Diante do exposto, observamos que apesar de Parsons construir uma Teoria da Ação obstinado a solucionar o problema da polaridade “ação x estrutura”, o autor concebe a ordem como uma dimensão posta ao indivíduo, haja vista que a ação desses indivíduos deve adequar-se aos valores socialmente comuns. Sendo assim, tais valores são considerados por Parsons como condições objetivas e externas à ação humana, cabendo aos agentes, adotá-los. Apesar do legado parsoniano ter aberto diversas possibilidades para o fundamento de teorias subsequentes, notamos que seu empenho em superar o dilema positivista-idealista não obteve êxito, pois, mesmo reconhecendo o caráter contingente da ação, Parsons voltou suas lentes à socialização dos indivíduos e à teorização do controle normativo, o que o leva a aceitar, implicitamente, uma visão utilitarista de

agência humana, o que culminou em um modelo estático de sistema, calcado em bases evolucionista e comparativa.

Embora o escopo deste trabalho tenha sido o de analisar a contribuição de Parsons à sociologia contemporânea, sobretudo, no tocante ao problema da ordem social, notamos como o interacionismo simbólico lida com tal problemática a partir de pressupostos distintos sobre a relação agência-estrutura. Ao utilizarmos a perspectiva interacionista como uma chave analítica no debate, apreendemos, primeiramente, que esta corrente destaca a importância que os indivíduos dão aos sentidos. Como versa Coulon (1995), o interacionismo não se dedica aos aspectos macros na apreensão da realidade, ou seja, sob tal perspectiva, seria impraticável analisar o social por princípios objetivos, pois a subjetividade, ou a intersubjetividade dos atores, é fator determinante nas ações sociais. Sob este ângulo, o interacionismo ancora-se numa concepção teórica na qual os atores constroem e reconstróem, interminavelmente, os objetos sociais. Sob tal prisma, a ordem social passa a ser vista como instável, fragilizada e temporária, em constante construção pelos atores que interpretam cotidianamente no mundo em que interagem. Outras problemáticas emergem no debate interacionista, principalmente, a de entender como lidar com o dualismo entre o eu pensante e o mundo que o cerca. Diante de tal problemática, George Mead buscou formular uma ideia de personalidade que rompesse com esse dualismo, acreditando que os homens, apesar de surgirem de raízes biológicas, são formados socialmente.

Podemos sintetizar que um dos principais pontos em comum entre os

despreendimentos teóricos de Parsons e Mead é que ambos buscaram superar a dualidade indivíduo-sociedade, bem como apreender o problema da ordem. Parsons envereda nesse trabalho a partir de sua “teoria voluntarista da ação social”, porém, incorpora a noção utilitarista hobbesiana da ordem ao agente e finda por suprimir a autonomia individual quando supra-valoriza normas e valores comuns necessários ao funcionamento estável da sociedade. Mead, por sua vez, não constrói seu trabalho à luz de uma grande teoria como propôs Parsons e acredita que a ordem social é resultado da interação entre os agentes que, mesmo influenciados por elementos estruturais, possuem autonomia para ingressar novos elementos na dinâmica social, a promover, então, a mudança social. Diferentemente de Parsons, Mead não enxerga o controle social como algo que origine, necessariamente, restrições, pois, o controle social é capaz de gerar, também, capacitações. Dito de outra forma, os símbolos possibilitam a vivência em sociedade do indivíduo ao mesmo instante em que forma seu *self*. Consideramos que Mead avança teoricamente em relação a Parsons na medida em que não enxerga a estrutura como elemento meramente coercitivo, mas sim, como elemento que contribui para a ampliação das capacidades criativas dos agentes.

Norbert Elias (1994), por sua vez, salienta como Parsons atribui uma natureza estática a seus conceitos e os reduz a estados, observando como a oposição que ele propõe, em suas variáveis de padrão, entre afetividade e neutralidade afetiva, o impossibilita de analisar as peculiaridades das sociedades que estuda, pois, não chega nem a explicá-las. Ao que faz parecer Elias, Parsons arquiteta os estados polares de suas variáveis de padrão

como algo dado na realidade: “Sua dissecação por meio de pares de conceitos, que restringem a análise a dois estados antitéticos, representa um desnecessário empobrecimento da percepção sociológica tanto a nível empírico como teórico” (ELIAS, 1994, p. 219). Poderíamos caracterizar, ainda sob a luz de uma análise elisiana, Parsons limitado a enxergar indivíduo e sociedade, “ego” e “sistema social” como entidades independentes uma da outra, como se fossem planos diferentes e inseparáveis. O autor norte-americano não considera que ambos são fenômenos em mutação, a reduzir um processo a um estado (*Ibid*). Em verdade, a preocupação que compartilhamos com Elias sobre essa problemática diz respeito ao limite que Parsons estabelece ao enxergar indivíduo e sociedade como esferas que seriam construídas separadamente e que, em estágio ulterior, entrariam em contato. Aqui, Parsons bebe no legado durkheimiano de que as duas esferas mencionadas se interpenetram, isto é, que existem em um primeiro instante separadas para que depois ocorra a interpenetração. Deste modo, para Elias, indivíduo e sociedade seriam corpos inseparáveis, que não estariam em repouso, mas sim, em constante processo de mudança, o que faria com que o social produzisse o individual, a apresentar um equilíbrio tenso entre as duas partes.

3. Considerações finais

Talcott Parsons é leitura imprescindível a todo e qualquer curso de sociologia contemporânea. Como visto, de sua obra partiram inquietações e polêmicas da sociologia problematizadas posteriormente por demais escolas e autores. Na tentativa de explicar o que inferia do mundo social, Parsons endossa à sociologia contemporânea um

de seus principais combustíveis: a reflexão. Entrementes, e aqui longe de diminuir sua produção, notamos que sua teoria vem sendo cada vez menos utilizada como marco teórico em trabalhos sociológicos, haja vista, novamente, o fato de ele ter trazido discussões que seriam refutadas e sofisticadas por estudos posteriores.

É certo que muitos dos críticos de Talcott Parsons o entenderam como um pensador conservador, que se preocupava meramente com o bom funcionamento social, em determinar a função que os indivíduos desempenhavam dentro da estrutura social visando a excelência das coisas. Como marco de tentativa de síntese teórica dos anos 1920, 1930, Parsons teve um projeto ambicioso mas que, como analisado acima, não conseguiu dar conta da realidade que pretendia. Giddens, por exemplo, buscou dar uma resposta ao projeto de Parsons ao propor uma diferente forma de síntese teórica. Foucault, por sua vez, buscou ver o indivíduo não mais dopado pela ordem social, como assim enxergava o intelectual estadunidense.

Uma das críticas mais ralas feitas a Parsons e que não insere nenhuma novidade a estas páginas é a de que seu modelo teórico e sua sociologia geral parecem independem do indivíduo. No entanto, convém entendermos tais limitações a partir de outros problemas, como a pretensão parsoniana de querer estruturar todo o mundo da ação social na década de 1960 a partir dos quatro pilares do esquema AGIL; não considerar a influência ideológica a qual este esquema era exposto ou de imaginar a grande teoria aparentemente independente do tempo e da história. Por outro lado, mesmo tendo ciência das limitações de sua obra, não podemos culpar Parsons por pesquisar

em elevados graus de abstração e generalidade, nem mesmo julgá-lo como “teórico incurável” meramente, pois, consideramos que apesar de limitada, a grande teoria possui um papel fundamental na sociologia, já que busca compreender os requisitos gerais e funcionais da sociedade (os conceitos com que trabalham os sociólogos na tentativa de diagnosticar os elementos gerais existentes em diferentes sociedades). Este reconhecimento foi um dos principais motivos que levou Florestan Fernandes, com sua perspectiva ampla de funcionalismo no Brasil, a considerar como injustas algumas das críticas feitas por Wright Mills a Parsons e à grande teoria:

Ele [Mills] foi injusto com a ‘grande teoria’ (leia-se Parsons), pois deixou de ressaltar o que ela representava em relação à herança da sociologia sistemática alemã: 1.º) o nível de discussão dos requisitos estruturais e funcionais da vida em sociedade (e também da existência, funcionamento e transformação do sistema social); 2.º) os avanços realizados na incorporação das contribuições da psicanálise, da psicologia experimental e de outras correntes da psicologia moderna às categorias abstratas da sociologia; 3.º) a natureza do “equilíbrio social” e sua postulação reversível, estático-dinâmica (FERNANDES, 1980, p. 64-5).

Em verdade, notamos a análise de Florestan sobre Parsons e sobre a macro teoria como uma leitura de contexto, necessária a toda e qualquer obra. Assim, embora existam dificuldades para lidarmos sociologicamente com obras como a parsoniana atualmente, essas dificuldades não acarretam, necessariamente, enxergarmos como impermeáveis as diferentes correntes de pensamento, pois, as fronteiras que

separam tais cosmovisões tendem a ser porosas e é daí de onde originam-se fluxos de críticas e construções teóricas. Grosso modo, diferentemente da visão de Merton, poderíamos questionar em Parsons o modo pelo qual conduziu e concebeu sua síntese teórica, mas não sua dedicação aos problemas da macro teoria em si, isto é, observamos que sua teoria geral da ação não pôde englobar questões sociológicas fundamentais como as relações entre as dimensões subjetivas e objetivas da vida social, as relações entre a ação e a estrutura, entre ordem social e mudança, ordem e controle, ordem e poder etc.

Por fim, observamos que nenhuma teoria isoladamente daria conta, por completo, de determinado objeto de estudo, nem mesmo a macro teoria de Parsons. Entretanto, é o diálogo entre as diferentes possibilidades teóricas para a resolução de um problema sociológico que possibilita o trabalho do sociólogo. Dito de outra maneira, o trabalho do sociólogo não reside apenas na acumulação do conhecimento sobre diferentes tradições clássicas e contemporâneas, mas sim, no pensamento dos problemas articulados em um complexo maior e entendendo quando estas questões teóricas e metodológicas entram e contribuem para a pesquisa social.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. (1987). **Twenty Lectures: sociological theory since World War II**. Nova York, Columbia University Press.
- _____. (1988). **Action and Its Environment: toward a new synthesis**, Nova York, Columbia University Press.
- _____. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs). (1999) **Teoria Social Hoje**, São Paulo, Unesp.

COULON, Alan. (1995). **Etnometodologia**. Petrópolis, Vozes.

DAWE, Alan. "Teorias da ação". (1980). In: Bottomore, Tom, Nisbet, Robert (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar.

ELIAS, Norbert. (1994). **O Processo Civilizador**. Vol. I. 2.ed., Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (1994). **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FERNANDES, Florestan. (1980). **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo, Ática.

GOULDNER, Alvin W. **La crisis de la sociología occidental**. Buenos Aires, Amorrortu editores.

PARSONS, Talcott. (1984). **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo, Livraria Pioneira.

_____. **A formação de um sistema social**, Humanidades, 2(6):28-62.

RAMIREZ, Rosa Eulógia. (2008). **Perfil dos valores juvenis contemporâneos**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado.

ROCHER, Guy. (1976). **Talcott Parsons e a Sociologia Americana**. Rio de Janeiro, Francisco Alves.